

DAS FAZENDAS AS CIDADES: o projeto paulista de colonização (1889-1930)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

AGUIAR, Gabriel Deller de

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)
gabrieldeller@usp.br

CAMARGO, Mônica Junqueira de

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)
junqueira.monica@usp.br

RESUMO

O artigo aponta para a existência de um projeto oficial de colonização no Estado de São Paulo, a partir da atuação da Secretaria da Agricultura durante a Primeira República (1889-1930), que resultou em uma rede de núcleos coloniais como infraestrutura de apoio ao complexo cafeeiro e vetor de modernização agrícola. A colonização agrícola em terras desgastadas, ao longo de um eixo ferroviário consolidado, foi uma das estratégias deste projeto, exemplificado pelo planejamento e implantação dos núcleos Nova Odessa (1905), Nova Veneza (1910) e Corumbataí (1905), servidos pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e localizados no chamado “Velho Oeste Paulista”. A iniciativa buscou fixar o imigrante, racionalizar processos agrícolas e diversificar a produção em áreas subaproveitadas no interior da mancha cafeeira. A ação estadual, fundamentada no modelo da pequena propriedade policultora, intermediou a transição das antigas fazendas às cidades. Esse planejamento fomentou o desenvolvimento regional e foi determinante para o direcionamento da dinâmica de ocupação do interior paulista.

Palavras-chave: núcleo colonial; colonização agrícola; Secretaria da Agricultura.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The article highlights the existence of an colonization project in the State of São Paulo, based on the work of the Secretary of Agriculture during the First Republic (1889-1930), which established a network of colonial settlements as support infrastructure for the coffee complex and a vector for agricultural modernization. Agricultural colonization on exhausted lands, along a consolidated railway axis, was one of the project's key strategies, exemplified by the planning and establishment of the Nova Odessa (1905), Nova Veneza (1910), and Corumbataí (1910) settlements, served by the Companhia Paulista de Estradas de Ferro. The initiative aimed to settle immigrants, rationalize agricultural processes, and diversify production in underutilized areas within the coffee belt. State action, based on the model of small-scale polyculture property, mediated the transition from former plantations to cities. Such planning fostered regional development and was decisive in shaping the dynamics of land occupation in the interior of São Paulo.

Key-words: agricultural colonies; agricultural colonization; Secretary of Agriculture.

RESUMEN

El artículo señala la existencia de un proyecto oficial de colonización en el Estado de São Paulo, a partir de la actuación de la Secretaría de Agricultura durante la Primera República (1889-1930), que dio lugar a una red de núcleos coloniales como infraestructura de apoyo al complejo cafetero y vector de modernización agrícola. La colonización agrícola en tierras agotadas, a lo largo de un eje ferroviario consolidado, fue una de las estrategias de este proyecto, ejemplificada por la planificación e implantación de los núcleos Nova Odessa (1905), Nova Veneza (1910) y Corumbataí (1910), servidos por la Companhia Paulista de Estradas de Ferro. La iniciativa buscó asentar al inmigrante, racionalizar los procesos agrícolas y diversificar la producción en áreas subaprovechadas dentro de la zona cafetera. La acción estatal, fundamentada en el modelo de la pequeña propiedad policultora, intermedió en la transición de las antiguas haciendas a las ciudades. Esta planificación fomentó el desarrollo regional y fue determinante para orientar la dinámica de ocupación del interior paulista.

Palabras clave: núcleo colonial; colonización agrícola; secretaría de agricultura.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

A política de colonização oficial no Estado de São Paulo, durante a Primeira República, representou um esforço articulado entre setores da elite agrária e agentes do poder público com a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para atender às demandas do complexo cafeeiro. A partir da análise de relatórios anuais, documentos legislativos e cartográficos da Secretaria, a pesquisa argumenta que, subordinada aos interesses de fazendeiros e capitalistas, a política de colonização em São Paulo, durante a Primeira República (1889 – 1930) — especialmente durante as gestões de Jorge Tibiriçá (1904-1908) e Manuel Albuquerque (1908-1912) — configurou um modelo de organização do território pautado por um projeto de modernização agrícola. Esse modelo combinava a racionalização produtiva com o parcelamento de grandes propriedades, a promoção da agricultura diversificada e a criação de redes de infraestrutura, como ferrovias e sedes urbanas equipadas.

A associação entre o traçado férreo e a colonização oficial foi determinante para a reorganização produtiva de territórios com diferentes perfis geográficos e econômicos. Essa análise revela três padrões de ocupação: 1) o reordenamento de áreas desgastadas ao redor de um eixo ferroviário consolidado; 2) a ocupação de vazios produtivos no centro da zona cafeeira através de núcleos coloniais e um novo ramal ferroviário; e 3) a ocupação de frentes pioneiras, acompanhando a extensão dos trilhos rumo ao oeste. Paralelamente, ocorreram iniciativas isoladas no Vale do Paraíba, Litoral e Sudoeste, buscando articular áreas marginais à lógica econômica do Estado.

Este artigo analisa a experiência de colonização agrícola em terras ao redor de um eixo ferroviário consolidado, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde foram implantados três núcleos coloniais (NC) oficiais durante a década de 1910, NC Nova Odessa (1905), NC Jorge Tibiriçá (1905) e NC Nova Veneza (1910). Neste “Oeste Velho”, a rede ferroviária e as experiências de sistematização do solo por meio de núcleos coloniais, viabilizaram o aproveitamento econômico de terras desgastadas pelos latifúndios, operando na transição da lavoura predatória para uma organização racional do espaço.

1 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MODERNIZAÇÃO

O positivismo que impulsionou a Proclamação da República em 1889, deflagrou um movimento de racionalização administrativa no Estado de São Paulo. O Decreto 28, de 1º de março de 1892, centralizou os principais fatores de produção sob uma única “supersecretaria”, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Configurava-se uma estrutura técnica de intervenção

PENSAR FORA DO EIXO

territorial posicionada estrategicamente para operar na infraestruturação e no desenvolvimento econômico do estado. Esse órgão atuou como agente de conciliação entre a lavoura e os setores industriais emergentes, além de articular políticas territoriais e urbanas, estabelecendo-se como principal produtor de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento durante a Primeira República em São Paulo (BERNARDINI, 2007).

Apesar do amplo reconhecimento das obras urbanas e de viação como principais marcos simbólicos deste momento,¹ os investimentos praticados pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas favoreceram o desenvolvimento da agricultura em detrimento do apoio ao crescimento das cidades e da indústria,² e articulados em torno de um projeto de modernização específico para o campo, voltado às necessidades de expansão da lavoura cafeeira: a consolidação do trabalho livre, a ocupação produtiva do interior e a introdução de métodos modernos e racionais de administração e produção, já ensaiados pela Comissão Geográfica e Geológica (1886)³ e Estação Agronômica de Campinas (1887).⁴ Nesse sentido, o agrupamento de funções diversas dentro de uma mesma Secretaria foi oportuno: os investimentos públicos deveriam convergir com as intenções da elite cafeeira, que ocupava o núcleo do complexo econômico e, neste momento, estendia seu campo de interesses para além dos limites da fazenda, mirando os territórios adormecidos, as cidades, e o emergente setor industrial.

¹ Os marcos mais evidentes deste momento estão localizados na Capital, mobilizando os poderes municipais e estaduais na figura da Secretaria da Agricultura para sua execução, como a Estação da Luz, Parque do Anhangabaú, Parque Dom Pedro, Museu Paulista, Escola Modelo na Praça da República, as sedes administrativas do Pátio do Colégio, entre outras construções. Estas eram obras que carregavam forte caráter simbólico ao representar o aspecto da civilização almejado.

² Ver LEFEVRE (1937) que organiza e apresenta o quadro das principais despesas estaduais, e BERNARDINI (2007), que mostra esse desequilíbrio através da análise dos investimentos em saneamento. Segundo o autor, já em 1902, a Secretaria da Agricultura deixaria de realizar obras de infraestrutura sanitária nas cidades do interior, e durante os primeiros anos de sua existência, desaprovou, mesmo nas principais cidades, diversos projetos de redes para expansões urbanas e loteamentos, o que aponta para um desestímulo ao desenvolvimento das cidades, associado às política de fixação dos trabalhadores no campo.

³ Criada com o intuito de fazer o levantamento de cartas topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas da província, e fornecer as bases para a expansão produtiva e ocupação do território paulista.

⁴ Criada para o desenvolvimento de pesquisas analíticas e meteorológicas, e experiências de campo das culturas vegetais

PENSAR FORA DO EIXO

Um importante instrumento de interlocução dessa elite foi a Revista Agrícola (1895-1907), criada pela Sociedade Paulista de Agricultura – SPA,⁵ para a divulgação de trabalhos na área de agronomia e das ciências naturais, e à discussão de temas candentes como, colonização, diversificação produtiva, pequena propriedade e mecanização da lavoura.⁶ As diversas pesquisas recentes sobre os boletins destacam o sentido de coletividade desse projeto de modernização (FERRARO, 2005), a associação entre a ideia de progresso e a expansão do capital (HENRIQUES, 2015), e a presença de modelos estrangeiros, principalmente norte-americanos, nas propostas da elite cafeeira (FERRARO e FIGUEROA, 2021). Para esses ruralistas, a modernização implicaria um novo tipo de colonização agrícola, onde o imigrante se fixaria ao campo transformando-se em um trabalhador-proprietário de uma agricultura diversificada. No interior da zona produtiva, os colonos ofereceriam sua mão-de-obra e fomentariam a transformação de áreas desgastadas ou incultas, em economicamente ativas.

A colonização através da criação núcleos coloniais, só foi efetivamente desenvolvida pela Província de São Paulo a partir dos últimos anos do Império, com a publicação da lei 28 de 1884, que regulamentou auxílios aos imigrantes e autorizou o governo a criar 5 unidades “*nas proximidades dos principaes centros agricolas da provincia*”. Os primeiros foram os núcleos de Canas e Cascalho, seguidos pelas colônias Barão de Jundiá, Bom Sucesso e Ribeirão Pires. Naquele momento, São Paulo vivia um grande salto produtivo, associado à expansão das estradas de ferro e ao avanço da mancha cafeeira pelo interior.⁷ Nesse sentido, a criação de núcleos coloniais foi subsidiária de uma política de incentivo à imigração, implantados próximos aos principais centro urbanos como estruturas de apoio ao desenvolvimento urbano no fornecimento de mão de obra e no abastecimento de culturas de subsistência.

Após a Proclamação da República, foi criada a Inspeção de Terras e Colonização, subordinada à Secretaria da Agricultura, com o objetivo de delimitar as terras públicas, além de medir, demarcar,

⁵ Os principais mentores dessa organização, criada em 1895 como Sociedade Pastoril e Agrícola, foram Carlos José de Arruda Botelho (1855-1947), filho primogênito de Antônio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), conde do Pinhal, Bernardo Avelino Gavião Peixoto (1829-1912), Luiz Vicente de Souza Queiroz (1849-1898), e Luís Pereira Barreto (1940-1923), todos “homens da ciência”, fazendeiros e políticos, ativos propagandistas da modernização da agricultura (HENRIQUES, 2015).

⁶ De acordo com Ferraro e Figueroa (2021), “Derby, Theodoro Sampaio, Alberto Löfgren e Hermann Von Ihering, Gustavo Dutra, Pereira Barreto, Carlos Botelho, Antônio Gomes do Carmo, Guilherme Capanema colaboravam escrevendo artigos sobre os mais variados temas relacionados à agricultura. [a revista] Divulgava também a produção científica do IAC. E relatava os experimentos bem-sucedidos de cultura científicas realizadas nas fazendas de seus associados, bem como publicava artigos científicos de associados não vinculados a nenhuma instituição científica.”

⁷ A produção cresceu a partir de 1881 e atingiu seu auge entre 1887 e 1889 (CANO, 1977).

PENSAR FORA DO EIXO

descrever e registrar as terras devolutas, legitimar posses, fiscalizar e direcionar os serviços de imigração, colonização e mineração. Em sequência, foi editada a Lei Orgânica dos Núcleos Coloniais, contida no Decreto nº 272 de 1894, posteriormente modificado pelo Decreto número 751 de 15 de março de 1900 em complemento à lei número 673, de 1899, que estabeleceu um subsídio público aos imigrantes que desejassem vir ao Estado, arcando com os custos da viagem marítima, sua estadia provisória na hospedaria, e sua colocação e transporte para propriedades privadas ou núcleos estatais.

No entanto, durante os primeiros anos pouco foi feito. Sob uma conjuntura de grande prosperidade do café e intensa corrente migratória, não houve no Estado de São Paulo a aplicação de uma política própria de colonização. Os três núcleos coloniais oficiais criados entre 1889 e 1900, foram fruto das mesmas intenções e regulações que embasaram a implantação dos últimos núcleos provinciais da década de 1880: a ocupação pontual de áreas desvalorizadas, próximas às cidades, em operações de compra e valorização de terras que beneficiaram proprietários e empresas capitalistas. Deste modo, assim com o NC de Canas havia sido criado, em 1885, em função do Engenho Central de Lorena, os NCs Estaduais Quiririm e Piaguhy, foram implantados, em 1890 e 1892, respectivamente, para suprir a demanda do Engenho na região do Vale do Paraíba, cortada pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Posteriormente, em 1897, foi criado o NC Campos Sales, situado entre o cone desenhado pelos traçados das Estradas de Ferro Paulista e Mogiana, no interior da chamada “região do funil”. A colônia surgiu do interesse de antigos latifundiários por uma destinação lucrativa para suas terras, impróprias ao café, e do grupo econômico formado pela família Nogueira, que requeria ali a fixação de mão de obra para viabilizar um novo empreendimento açucareiro, a Usina Esther, ao norte de Campinas (CAMARGO e AGUIAR, 2025).

Um projeto de colonização estadual, atrelado à modernização defendida pela SPA, só seria levado adiante em meio à crise de superprodução, a partir do Governo de Jorge Tibiriçá (1904-1908), e Carlos Botelho como Secretário da Agricultura e importante porta-voz da Revista Agrícola, onde encabeçou uma reforma da Secretaria e o direcionamento de importantes investimentos para a colonização.

2 CARLOS BOTELHO E O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO ESTADUAL DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA

PENSAR FORA DO EIXO

Carlos José de Arruda Botelho (1855-1947), mais conhecido como Carlos Botelho, foi uma figura proeminente na história de São Paulo durante a Primeira República. Médico de formação, também se destacou como fazendeiro (ARANHA, 2011). Filho do Conde do Pinhal, transitou entre a elite agrária e o cenário político estadual, chegando a ocupar o cargo de Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas durante o governo de Jorge Tibiriça, entre 1904 e 1908, quando teve a oportunidade de levar adiante as ideias modernizantes discutidas entre os membros da SPA. Nesse período, Botelho implementou uma política de colonização extensiva que concebia a criação de núcleos coloniais como estratégia para atrair e fixar o trabalhador imigrante, e como forma de suporte à lavoura e de inserção de áreas subaproveitadas no ciclo produtivo capitalista, em consonância com o modelo de ocupação norte-americano, então valorizado pelo dirigente paulista;

Graças ao seu sistema de colonização, que faz do primeiro imigrante um proprietário, a terra americana povoou-se de tal número de pequenos proprietários, que os maiores desmandos administrativos, a maior corrupção governamental, nunca puderam embaraçar, um só instante, o progresso, a riqueza, o vertiginoso porvir para o qual desassombradamente caminham, os Estados Unidos. Essa legião de operários, que o solo revolve, para desentranhar-lhe a riqueza de que está preta, a tudo é indiferente. A sua divisa é: trabalhar para enriquecer, enriquecer para engrandecer. Imigremos para cá princípios tão infalíveis de cooperação operosa de valorização da terra e as coisas mudarão como por encanto. (BOTELHO, 1901, p. 400)

Se por um lado, o objetivo da política de colonização estadual visava beneficiar os fazendeiros, desonerando esses proprietários dos custos de manutenção de colonos em suas terras, ao mesmo tempo que disponibilizava os braços necessários para os períodos de alta demanda, a partir da reforma administrativa operada por Carlos Botelho a questão é encarada de forma mais ampla, integrando-a a outras iniciativas de modernização da agricultura, como a mecanização e a racionalização produtiva, e o povoamento do interior.

A partir do decreto 1.459, de 10 de abril de 1907, a Secretaria da Agricultura passou a se organizar através de cinco diretorias, uma delas especificamente responsável pelo tema, a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, responsável pela elaboração de projetos para núcleos oficiais, sucedendo a Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, extinta em 1900. A lei número 1045-C, de 27 de dezembro de 1906, deliberou sobre os subsídios concedidos aos imigrantes e a assistência aos recém-chegados, além de estabelecer um novo serviço de propaganda no exterior. As subvenções estatais buscavam atrair famílias em detrimento da imigração individual, restringindo o acesso aos lotes a grupos familiares, além de arcar com seus custos de viagem e estadia temporária. Essa era uma estratégia pensada para fomentar a fixação destes imigrantes em território paulista.

PENSAR FORA DO EIXO

Através da lei 1045-C, também foram criados o Fundo Permanente de Imigração e Colonização, e a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, instalada em prédio especialmente construído junto à Hospedaria de Imigrantes, incumbindo-se do trabalho de direcionar os imigrantes e regular contratos, como um amparo ao trabalhador. A Agência assumiu a Hospedaria de Imigrantes da Capital, ampliando e reformando sua estrutura. Percebe-se um esforço em ampliar a estrutura estatal capaz de atrair e locar o imigrante no interior da zona produtiva, oferecendo melhores condições, a fim de reverter a “má fama” das colônias paulistas, que se espalhava pela Europa naquele período.

O decreto 1.458, de 10 de abril de 1907, reformulou as diretrizes para a implantação de núcleos coloniais que passaram a compartilhar um mesmo esquema espacial: sedes urbanas, junto a estações ferroviárias, que variavam de 12 a 50 hectares, geralmente divididas em quadras de 120 x 120 metros; e lotes rurais, de 10 à no máximo 25 hectares demarcados de modo a terem acesso pelos espigões e aproveitamento dos cursos d’água. Além da demarcação de lotes e abertura de caminhos, o núcleo seria equipado com escolas, enfermarias, espaços comunitários, e campos de experiências e demonstração, “no qual estarão sempre patentes os modos de cultura dos productos correntes no paiz e daquelles que o possam vir a ser com vantagem, pelos processos racionais”. Os trabalhos técnicos de planejamento espacial e projetos das infraestruturas destes assentamentos ficariam a cargo da Secção Técnica da Diretoria de Terras, chefiada pelo engenheiro Jorge Krichbaum,⁸ que havia feito parte da antiga Inspetoria. A concepção que norteava tais políticas era a de que o Estado deveria garantir certa estrutura aos colonos, atraindo o imigrante e fixando-o à terra, com a preocupação de as colônias não fossem células isoladas de povoamento do território, mas unidades conectadas à dinâmica produtiva do complexo agrícola.

⁸ Georg Ludwig Krichbaum nasceu em 12 de junho de 1856, na cidade de Darmstadt, na Alemanha. Em 1880 mudou para o Rio Grande do Sul onde trabalhou para a província local na construção de colônias. Em 1890 Krichbaum e a família mudaram-se para São Paulo. Em 1892 Krichbaum foi nomeado Engenheiro da Repartição de Terras e Colonização. A primeira menção à chefia de Krichbaum, encontrada pela pesquisa, data de 1897, no Almanak do Estado de São Paulo. No mesmo ano, consta também sua atividade como professor de desenho técnico da Escola Politécnica, junto a Domiciano Rossi e Victor Dubugras. Posteriormente, quando da criação da Diretoria de Terras e Colonização, o engenheiro continuou como chefe da secção técnica, assinando diversos projetos levantados. Jorge Krichbaum faleceu em 1921, seu trabalho na formação de núcleos coloniais foi destacada em seu necrológio em jornal alemão: “Com seu trabalho incansável, Dr. Jorge Krichbaum ampliou de tal forma seu campo de atividades, que praticamente não existe em São Paulo uma colônia (dos mais variados países) que não tenha estreitas ligações com seu nome (...) O imigrante recém-chegado, necessitando de informações ou conselhos, dirigia-se ao Dr. Jorge. De lá saía com importantes e impagáveis esclarecimentos. Quem, nas muitas e distantes colônias, ler a notícia de seu falecimento, lembrar-se-á do sempre amigável e prestativo homem, que lhe ajudou a encontrar os primeiros caminhos no Brasil”.

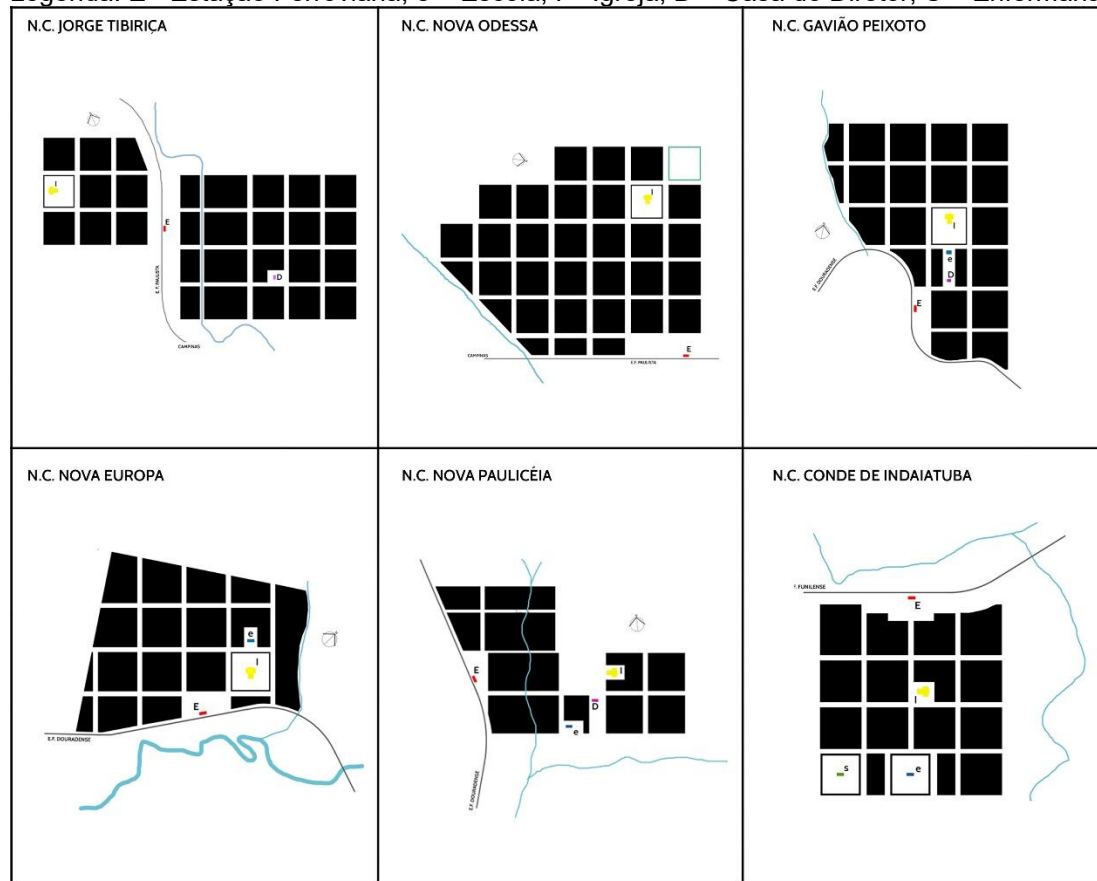
PENSAR FORA DO EIXO

Devemos tratar de colonizar, em primeiro lugar, as terras servidas por estradas de ferro e situadas dentro das zonas em que se encontram as fazendas de café e onde são abundantes as terras próprias para outras culturas [...] A colonização ahi terá assegurado o seu bom êxito, não só porque os productos dos núcleos terão facilidade de transporte para os mercados, como também porque os colonos terão, na época em que lhes sobra tempo, trabalho seguro e remunerado na colheita e outros serviços da grande lavoura. (SÃO PAULO, 1906, p. 132).

Durante sua gestão, Carlos Botelho fundou seis núcleos estaduais, Jorge Tibiriça (1905), Nova Odessa (1905), Conde do Pinhal (1907), Gavião Peixoto (1907), Nova Europa (1907), e Nova Paulicéia (1907); além de ampliado o núcleo Pariquera-Açú, em 1906. O sucessor de Botelho, secretário Antônio de Pádua Salles, deu continuidade ao serviço durante o mandato de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912), criando mais quatro núcleos: Nova Veneza (1910), Conde do Parnaíba (1911), Visconde de Indaiatuba (1911), e Martinho Prado (1911).⁹

Figura 1. Redesenho esquemático das sedes dos núcleos coloniais implantados entre 1904 e 1912.

Legenda: E - Estação Ferroviária; e – Escola; I – Igreja; D – Casa do Diretor; S – Enfermaria.



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁹ Com base nos Relatórios da Secretaria da Agricultura 1890/1930, e no acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PENSAR FORA DO EIXO

O latifúndio cafeeiro passava a coexistir com a pequena propriedade, e isso só foi possível pela necessidade por braços para a lavoura que se impunha dentro do próprio sistema cafeeiro, o que viabilizou os investimentos públicos na colonização. Por outro lado, colocadas em foco as transformações experimentadas durante os anos iniciais da Primeira República, motivadas por uma revisão do sistema produtivo, pela incorporação da ciência nos processos agrícolas e pela progressiva sistematização do território, o conjunto de 10 NC oficiais, criados entre 1905 e 1911, adquirem significados mais complexos. Desenhou-se um ecossistema capaz de sustentar o pleno funcionamento deste conjunto: subvenções públicas; propaganda interna e externa; comissários e inspetores de imigração; inspetoria portuária; departamentos de trabalho e assistência jurídica e técnica; departamento de estatística; redes de transportes ferroviários; hospedaria de imigrantes; agência de colonização; e toda estrutura interna dos próprios núcleos coloniais, como estações, escolas, campos de experiências, casas de diretorias; além de instituições de ensino e pesquisa agrícola.

Após o período de maior efervescência da colonização oficial, que correspondeu ao período de baixas sucessivas no número de imigrantes entrados no Estado, a partir da década de 1910 as estratégias de valorização e defesa do café, as melhores condições para os imigrantes, e a propaganda externa, junto à intervenção do Governo Federal subsidiando passagens, fariam efeito, resultando em uma retomada do aumento do número da imigração até a Primeira Guerra Mundial. Em 1910 entraram 40.478 imigrantes em São Paulo, em 1911 esse número passou para 64.990, já em 1912 e 1913 foram de 101.947 e 119.758, respectivamente, chegando próximo da marca histórica registrada em 1895 durante o período da chamada Grande Imigração.¹⁰

Nos anos de infortúnio dos fazendeiros, o governo, como já foi visto, inquietou-se vivamente com a organização dos centros de colonização. Como a prosperidade parecia voltar, deixou-se que os planos adormecessem, embora o movimento de partida tenha sido desencadeado. (MONBEIG, 1984)

Não casualmente, a partir de 1913 o Estado cessou os investimentos na criação de novos núcleos coloniais, adotando uma posição de descrença em relação ao sistema de colonização até então vigente, defendendo uma menor intervenção pública tanto na criação de novas colônias quanto na sua administração.

¹⁰ Dados do quadro Estatística dos Imigrantes Entrados no Estado de São Paulo, de 1827 a 1914. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A Imigração e as Condições do Trabalho em São Paulo. 1915.

PENSAR FORA DO EIXO

Esse momento da colonização agrícola paulista marca a saída da Secretaria da Agricultura da atuação direta na implantação de colônias, que só viria a ocorrer novamente em 1930, com a criação do NC Barão de Antonina. Pouco antes, atendendo à complexificação econômica provocada pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro e a crescente importância das atividades urbano-industriais, em 1927, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi desmembrada em Secretaria de Viação e Obras Públicas e Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, esta última, agora livre das incumbências relacionadas às estradas de ferro, comunicação, transporte e obras públicas, concentrava-se nos problemas da expansão agrícola e industrial. Nesse contexto, também permeado por uma crise de superprodução (MONBEIG, 1984), o Núcleo Barão de Antonina, situado longe da mancha cafeeira, em terras devolutas e praticamente despovoadas da divisa com o Estado do Paraná, evidencia preocupações distintas daquelas que motivaram os NC das décadas de 1900 e 1910: voltava-se ao estabelecimento de uma produção familiar e à abertura de novas possibilidades, no desenvolvimento e integração de uma área adormecida.

Quadro 1. Núcleos Coloniais Estaduais durante a Primeira República.

Núcleo Colonial	Ano	Decreto de Criação	Propriedade Original
Quiririm	1890	N.I.	Francisco de Paula Toledo.
Piaguí	1892	N.I.	Capitão Francisco Rangel de Barros.
Campos Salles	1897	Decreto nº 502-A, de 04/12/1897.	Cia. Carril Agrícola Funilense.
Jorge Tibiriça	1905	Decreto nº 1.320, de 30/09/1905.	Cia. Pequena Propriedade.
Nova Odessa	1905	Decreto nº 1.286, de 23/05/1905.	Fazendas Pombal e Fazenda Velha. (vários proprietários)
Conde do Pinhal	1907	Decreto nº 1.502, de 14/08/1907.	Câmara Municipal de Ubatuba.
Gavião Peixoto	1907	Decreto nº 1.432, de 12/01/1907.	Bernardo Avelino Gavião Peixoto.
Nova Europa	1907	Decreto nº 1.432, de 12/01/1907.	Bernardo Avelino Gavião Peixoto.
Nova Paulicéia	1907	Decreto nº 1.432, de 12/01/1907.	Bernardo Avelino Gavião Peixoto.
Nova Veneza	1910	Decreto nº 1.933, de 14/09/1910.	Bernardo Avelino Gavião Peixoto.
Conde do Parnaíba	1911	Decreto nº 2.020, de 28/03/1911.	Sesmaria do Conchal (vários proprietários).
Visconde de Indaiatuba	1911	Decreto nº 2.020, de 28/03/1911.	Sesmaria do Conchal (vários proprietários).
Martinho Prado	1911	Decreto nº 2.020, de 28/03/1911.	Sesmaria do Conchal (vários proprietários).
Barão de Antonina	1930	Decreto nº 4.740, de 16/07/1930.	Governo do Estado.

Fonte: Relatórios da Secretaria da Agricultura 1890/1930; Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

3 INFRAESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO

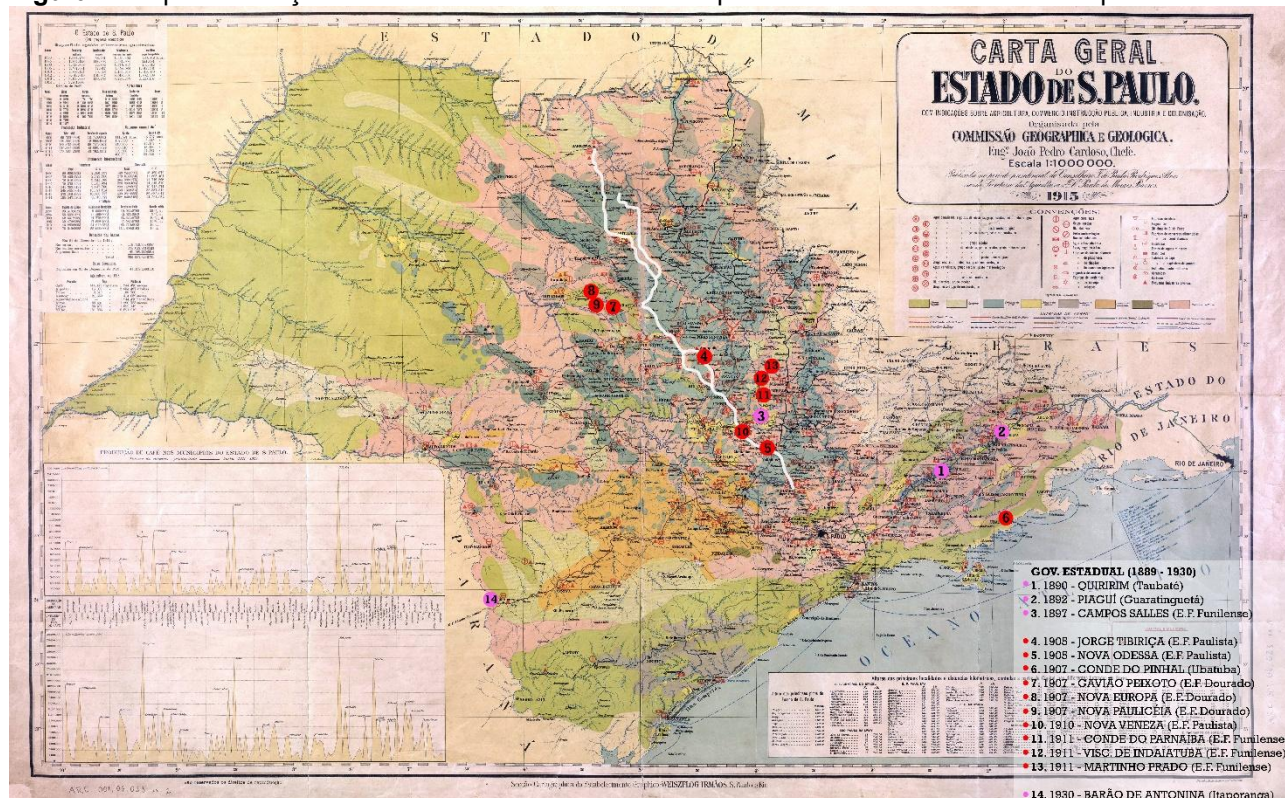
A estruturação dos núcleos coloniais agrícolas consolidou uma sofisticada estratégia de instrumentalização do território a serviço do complexo cafeeiro. Ao converter áreas degradadas ou geograficamente inadequadas à cafeicultura em pequenas propriedades produtivas, o Estado não apenas socorreu economicamente os fazendeiros em momentos de retração, como também inseriu terras subutilizadas no circuito dinâmico do capital, transformando-as em mercadorias valorizadas.

Essa transição marca uma mudança qualitativa na natureza das colônias agrícolas. Se, em momentos anteriores da história paulista, elas exerciam funções primordiais de povoamento ou abastecimento local, na Primeira República, entre as décadas de 1900 e 1910, elas se converteram em verdadeiros vetores de desenvolvimento. O planejamento, materializado nas diretrizes técnicas dos órgãos estatais, revela o esforço em organizar o espaço rural de forma racional e produtiva, e foi determinante para o direcionamento da dinâmica de ocupação do interior. A associação entre o traçado férreo e a colonização oficial permitiu a reestruturação produtiva de regiões que se diferenciavam por suas condições geomorfológicas e vocações econômicas. A análise dessa dinâmica permite identificar pelo menos três padrões distintos de ocupação territorial: terras desgastadas ao redor de um eixo ferroviário consolidado que avança pelo 'Velho Oeste Paulista'; vazio produtivo no interior da mancha cafeeira transformada pela introdução de um conjunto de núcleos coloniais e um novo ramal ferroviário; área de fronteira agrícola, acompanhando o prolongamento dos trilhos rumo ao oeste, como ponta de lança da expansão produtiva. Também foram identificadas experiências pontuais de colonização oficial dispersas entre o Vale do Paraíba, o Litoral e o extremo Sudoeste do estado, buscando integrar áreas periféricas à dinâmica econômica estadual.

Embora cada caso apresente particularidades, a identificação desses padrões comuns evidencia uma visão de conjunto sobre a política do Estado, em que os núcleos coloniais atuaram como estruturas de organização do espaço produtivo, promovendo a ocupação, o desenvolvimento e a valorização de áreas subaproveitadas pelo café. Mais do que analisar cada núcleo de forma isolada, busca-se compreender como essas propostas de colonização orientaram essa organização territorial de vastas regiões do interior paulista, consolidando um espaço racionalizado e funcional aos desígnios do capital cafeeiro.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 2. Mapa localização dos núcleos coloniais oficiais implantados durante a Primeira República.



Fonte: Modificado a partir do original do Acervo do Museu da Imigração.

3.1 Experiências de colonização oficial no Velho Oeste Paulista: terras desgastadas ao redor de um eixo ferroviário consolidado

A adoção do termo 'Velho Oeste Paulista' ancora-se na perspectiva geográfica de Pierre Monbeig (1952), que distingue as zonas de colonização consolidada das frentes pioneiras em movimento. Diferente das regiões de expansão tardia (o 'Oeste Novo'), o recorte entre Campinas e São Carlos caracteriza-se, no início do século XX, como um território de maturidade institucional e infraestrutural. Neste 'Oeste Histórico', a rede ferroviária da Companhia Paulista e as primeiras experiências de sistematização do solo por meio de núcleos coloniais viabilizaram o aproveitamento econômico de terras desgastadas pelos latifúndios, operando na transição da lavoura predatória para uma organização racional do espaço.

Os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro foram inaugurados em 1872, com trecho que ligava Jundiaí à Campinas dando continuidade à conexão entre o interior e o porto de Santos, iniciada pela São Paulo Railway. A fundação da empresa foi um esforço coletivo de fazendeiros, negociantes e capitalistas, um deles Antônio da Silva Prado, importante ruralista paulista. No ano

PENSAR FORA DO EIXO

seguinte à inauguração do primeiro trecho, a Cia Paulista assinou um contrato com o Governo da Província para prolongamento da ferrovia até Rio Claro, que foi finalizado em 1876, atingindo também a cidade de Descalvado, às margens do Rio Mogi Guaçu, onde, por motivos políticos, findou-se a linha tronco.

Em 1882, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, e José Estanislau de Melo Oliveira, o Visconde de Rio Claro, interessados no atendimento ferroviário às suas propriedades, viabilizaram a criação da Companhia Estrada de Ferro Rio Claro, através da concessão estadual para o prolongamento da linha da Paulista de Rio Claro à São Carlos e Araraquara. Essa Companhia foi vendida a investidores ingleses e incorporada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1892. A partir daí, a Paulista desenvolveu a infraestrutura recebida dos ingleses, ampliando e melhorando as Estações, e pode estender suas linhas em direção ao Oeste.

Esse eixo ferroviário foi um catalisador do desenvolvimento urbano e estruturador de experiências de colonização, baseada na pequena propriedade, ao longo da primeira década do século XX. Ao todo foram criados três núcleos coloniais oficiais ao redor da Estrada de Ferro da Cia Paulista, a partir da divisão de antigas fazendas de café. Dois destes núcleos coloniais foram implantados em uma região de ocupação mais antiga, associada à produção de café no chamado Oeste Paulista, próxima à Campinas, conhecida como Região do Quilombo. Concomitantemente, outro núcleo colonial foi implantado no percurso da Paulista sertão a dentro, em uma área de ocupação pouco mais esparsa e remota, entre Rio Claro e São Carlos.

A Região do Quilombo, assim nomeada por conta do ribeirão homônimo que cruza suas terras, tem sua ocupação originada no século XVIII associada aos caminhos das minas que ligavam Campinas ao centro-oeste mineiro. Inicialmente marcada por vilas e sesmarias, a região passou por uma transição após 1820, quando o fim das concessões de terras resultou na subdivisão de propriedades entre herdeiros e na formação de grandes fazendas cafeeiras, como as: Quilombo, São Bento, Paraíso, Pombal, São Domingos, São Luiz, entre outras que, durante a década de 1910, seriam retalhadas, dando origem a núcleos coloniais oficiais.

Antes de 1875, Francisco Toledo (1995), destaca que existiam duas localidades, ou bairros, chamados de Quilombo naquele local, uma localizada onde hoje é Nova Veneza, na estrada entre Campinas e Limeira, e outra na ligação entre Campinas e Santa Bárbara. Naquela data, foi inaugurada a Estação Rebouças da Cia Paulista, localizada em posição distinta destes bairros

PENSAR FORA DO EIXO

existentes, e ao redor dela se formou um novo povoado, tornando a Região polarizada por diferentes aglomerados, com algumas casas e benfeitorias.

A ferrovia acelerou o crescimento da lavoura, a subdivisão de fazendas e a vinda de imigrantes à região. A presença da Estação Rebouças, por sua vez, fomentou o desenvolvimento mais acelerado do povoado ao redor da mesma, que ficou conhecido pelo nome da estação. No entanto, foi decisiva para o desenvolvimento da região a decisão do Governo de Jorge Tibiriçá e Carlos Botelho, de adquirir a Fazenda Pombal, em 1905, e ali criar o Núcleo Colonial Nova Odessa, o primeiro de sua gestão.

A escritura de compra da Fazenda, foi lavrada em 11 de março de 1905, (TOLEDO, 1995), e o Núcleo foi criado pelo Decreto 1.286 de 23/05/1905, inicialmente destinado a receber exclusivamente imigrantes russos, país que enfrentava uma guerra contra o Japão. A propriedade possuía 429 alqueires e estava localizada ao norte de Rebouças, cortada pela Estrada de Ferro e banhada pelos córregos do Pombal e do Barroso, além do Ribeirão do Quilombo, que segue paralelo à ferrovia, e outros cinco córregos sem denominação e de menor extensão. Na antiga fazenda ainda existiam muitas áreas de mata, além de pequenos trechos de canaviais e cafezais.

Além da nacionalidade russa, o decreto de criação do núcleo estipulava que os imigrantes deveriam ter família constituída e serem agricultores para adquirir uma propriedade. A gleba original foi dividida em 38 lotes rurais, com cerca de 25 hectares cada, e mais dois lotes de 50 hectares, destinados a um campo de demonstração, e à sede do núcleo, situada à margem da estrada de ferro, no limite sul da antiga fazenda, próximo ao ponto onde o Córrego Barroso deságua no Ribeirão do Quilombo.

O córrego e a ferrovia não só possibilitaram o acesso à água e a circulação de pessoas e mercadorias, como determinaram limites claros ao desenho da sede, que a partir do encontro destes elementos, foi distribuída em 36 quadras, ortogonais ou divididas ao meio, quando nos limites do agrupamento. Os lotes urbanos possuíam em média 2.500 metros quadrados. Uma das quadras foi totalmente reservada à igreja, outra ao cemitério. Também foi destinado um pátio para futura estação ferroviária de Nova Odessa, que só viria a ser construída em 1907. Até esta data os colonos chegavam ao núcleo pela Vila de Americana, ao norte, onde estava a Estação Santa Bárbara, ou por Rebouças, ao sul.

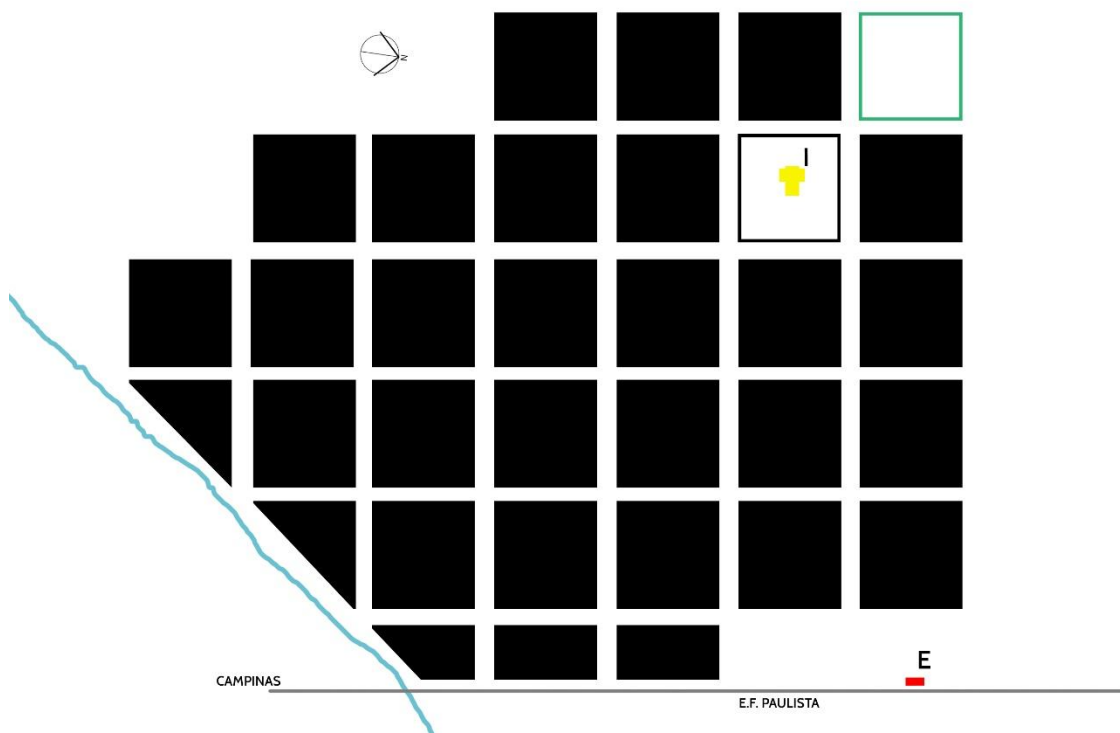
PENSAR FORA DO EIXO

Figura 3. Planta do Núcleo Colonial Nova Odessa com novas seções.



Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Figura 4. Esquema da Sede Núcleo Colonial Nova Odessa.



Fonte: Elaborado pelo autor.

PENSAR FORA DO EIXO

Como foi comum ao desenho dos núcleos coloniais da Secretaria da Agricultura, os lotes rurais estavam dispostos de forma perpendicular aos cursos d'água, de modo que, nos espigões fossem servidos por estradas. Seguindo essa lógica de ocupação, os lotes apresentam geometrias irregulares, determinadas pelos vários veios hídricos e pelos limites recortados da gleba original. As terras destinadas ao Campo de Demonstrações, administrado por técnicos do Instituto Agrônômico, estavam localizadas ao lado da sede, junto à estrada de ferro e em posição central no Núcleo, onde encontravam-se algumas benfeitorias da antiga fazenda.

Logo no primeiro ano de funcionamento o núcleo foi ampliado pela primeira vez, com a aquisição de terras da Fazenda Velha, a oeste da gleba inicial, e do Engenho Velho, ao sul, às margens da estrada de ferro no sentido de Rebouças. As duas novas secções acrescentaram 58 lotes rurais ao Núcleo Nova Odessa. Apesar da ampliação, os relatos iniciais da Secretaria da Agricultura são negativos.

Os primeiros imigrantes localizados neste núcleo, não provaram bem. Eram das primeiras levas de imigrantes russos, que não dispunham de verdadeira aptidão para a lavoura.

Foram, a princípio, ocupados 13 lotes por esses imigrantes, tendo mais tarde sido abandonados 7. Em 31 de Dezembro existiam, pois, apenas 6 lotes ocupados. (SÃO PAULO, 1906, p. 143)

A situação foi alterada em 1906, quando vieram colonos letos de Riga, província da Rússia, e do sul do Brasil (SÃO PAULO, 1906). Os imigrantes desta nacionalidade haviam chegado ao Brasil em 1890 e eram considerados bons agricultores. Da Letônia e das colônias letas da Rússia vieram 40 famílias em uma primeira leva. Mais imigrantes continuaram a chegar tanto destes locais como dos estados do Sul, instalando-se em Nova Odessa e em outros núcleos estaduais, como Campos Salles.

O cenário apresentado pelo Relatório Anual de 1906 apresenta a evolução do Núcleo, ressaltando também os resultados da estruturação inicial do programa de colonização agrícola estadual.

Com a vinda dos imigrantes russo-letos, que começaram a chegar em Junho, pode-se considerar iniciada a fase de definitivo povoamento do núcleo. Estes imigrantes, todos camponeses, mostraram, desde o primeiro dia, a maior ansiedade por voltarem à vida rural que haviam deixado em sua pátria. Mostram o maior interesse em se instalarem bem e de modo definitivo.

(....)

PENSAR FORA DO EIXO

Além de cerca de 165 hectares de terras postas em cultura, já se acham prontas, em lotes do Núcleo, 17 casas de moradia construídas pelos próprios colonos, das quais, quatro são de tijolos, 4 de pau a pique, 9 de ranchos de madeira e sapé, além de diversas outras construções, tais como galinheiros, mangueiras, chiqueiros, poço, etc.

(...)

O número de colonos existentes, em 31 de dezembro último, em Nova Odessa, era o seguinte:

59 famílias, com 281 pessoas, das quais 117 maiores e 104 menores de 12 anos.

(...)

A fim de patentear os modos de cultura por processos racionais, e com o fim de facilitar aos colonos o ensejo de praticarem os ditos processos e ao mesmo tempo fazerem jus a um pequeno auxílio, de alta vantagem nos primeiros tempos da sua instalação no Núcleo, tem sido mantido o Campo de Demonstrações, no qual foram feitas com o emprego de máquinas agrícolas aperfeiçoadas, diversas culturas de cereais e plantas úteis. (SÃO PAULO, 1907, p. 193)

O jornal *O Imigrante*, afirma que, em janeiro de 1908, o Núcleo Colonial possuía 64 lotes ocupados por famílias russas e 33 lotes disponíveis à venda. Na mesma edição foi publicada uma carta do colono russo, Jahn Meschgrahw, endereçada a seu primo, Gustavo Meschgrahw, de Duudaga, em que conta sua experiência em Nova Odessa, em tom propagandista.

O colono descreve seu estranhamento inicial com a cultura e o clima local, afirmando que "nos primeiros tempos, até acostumar-me com os hábitos e clima d'aqui, extranhei um pouco, porque aqui tudo é diferente da Rússia". Contudo, essa percepção é substituída por uma análise das vantagens produtivas da terra paulista e a infraestrutura e o amparo oferecido pelo Governo de São Paulo, comparando com sua terra natal: "quanto a vias de comunicação, achamo-nos aqui em melhores condições do que nos achavamos ahi, pois cada lote possui estrada". Também elogia a rede de ensino local, e detalha os subsídios recebidos, como o transporte gratuito de materiais para sua casa e a doação de 1.500 telhas, concluindo categoricamente que "todas essas facilidades e concessões, podemos procurá-las em vão nas colônias ahi da Rússia".

Como uma estratégia do Governo de ampliar ainda mais o desenvolvimento da área, no início de 1909 o Núcleo Colonial passa a ser acessível a imigrantes de qualquer nacionalidade. Também nesse ano é instituído no Núcleo o Posto de Seleção do Gado Nacional de Nova Odessa, criado junto ao Posto Zootécnico Central Dr Carlos Botelho, e às Estações Zootécnicas Regionais, pelo Decreto nº 1.757-A, de 27/07/1909, que criou a Diretoria de Indústria Animal, no contexto das reorganizações promovidas pelo secretário Carlos Botelho.

PENSAR FORA DO EIXO

O Posto de Seleção, subordinado à Diretoria de Indústria Animal, foi estabelecido junto ao Campo de Demonstrações do Núcleo, com o objetivo primordial de promover o melhoramento do gado nacional, investindo especificamente na raça Caracu através de métodos científicos de seleção e alimentação racional. A sua função consistia em aprimorar as capacidades econômicas do rebanho para a produção de carne e leite, mantendo para isso um registro genealógico e uma estrutura administrativa e zootécnica completa.

Para o Núcleo Colonial, o Posto funcionava como um importante centro de fomento. Os colonos beneficiavam-se diretamente da utilização dos reprodutores da instituição para melhorar as suas próprias criações, além de contarem com uma fábrica de laticínios anexa, que processava o leite fornecido pelos produtores da região, transformando-o em manteiga e queijos.

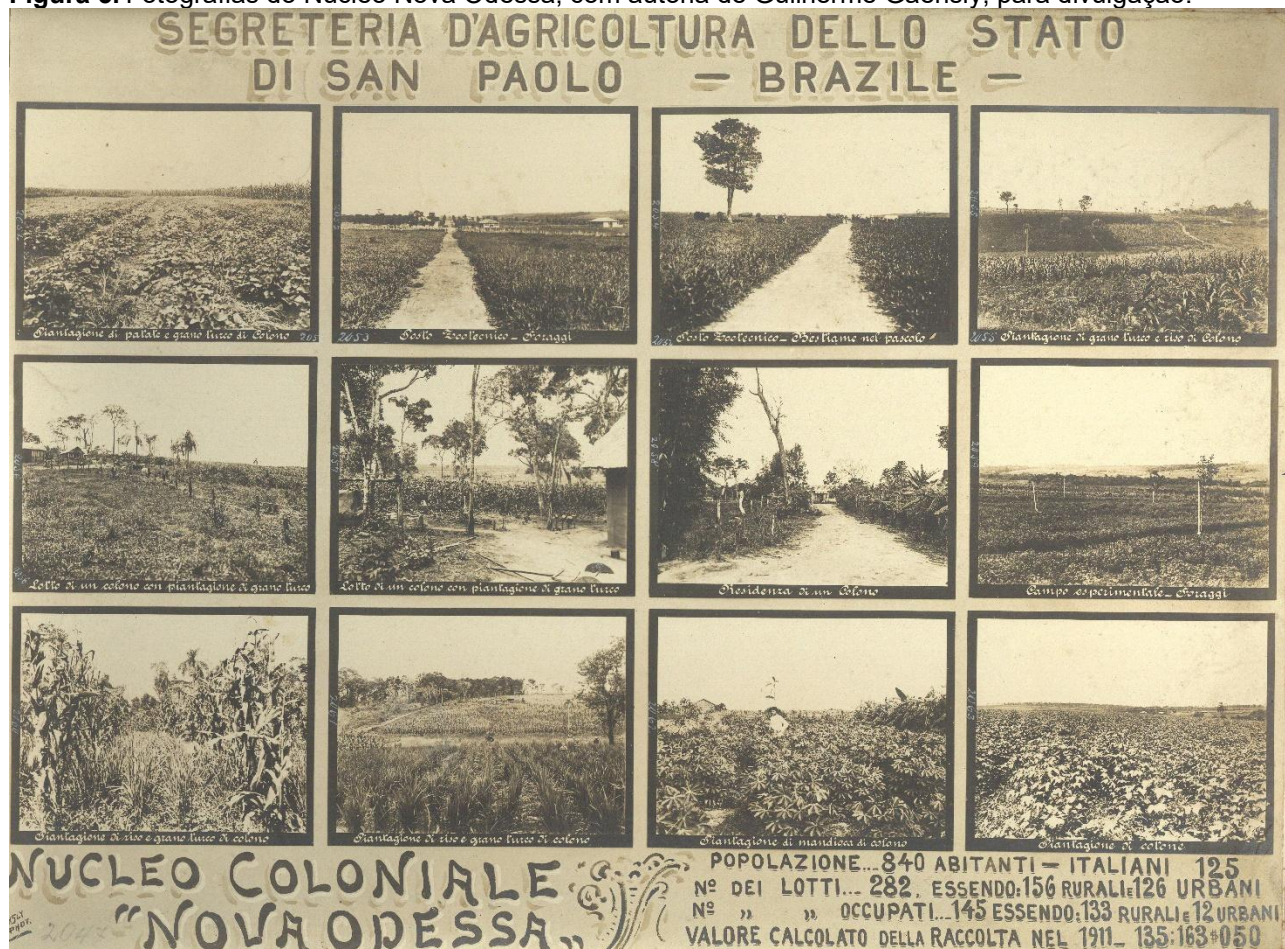
Nova Odessa não possuía terras de tão boa qualidade, mas a produção agrícola era mais diversificada: milho, arroz, feijão, batata, batata doce, mandioca, amendoim, cará, melancias, produziram 52:720\$000 réis em 1908. O núcleo possuía, então, uma área de 158,5 alqueires de terras arroteadas. Em 1910 cultivava-se 857,50 alqueires de terras, medindo a área total do núcleo 1 775 alqueires, que produziram 132.000\$050 réis. A produção mais que duplicara, portanto. Este núcleo desenvolveria importante indústria de laticínios, exportando sobretudo manteiga e queijos. (GADELHA, 1982, p. 269)

Entre 1909 e 1911 o Governo adquiriu mais três fazendas, próximas a Rebouças, que foram anexadas ao Núcleo Nova Odessa, a Sertãozinho, junto à estrada de ferro, e confrontante com a Secção Engenho Velho; e duas outras fazendas lindeiras a ela, a Paraizo, de 350 alqueires, e a Pinheiros.¹¹ Cada uma destas glebas passou a compor uma seção do Núcleo, que totalizava, em 1911, 144 lotes rurais. As sucessivas anexações resultaram na configuração fragmentada do núcleo, onde as seções estavam conectadas pelos afluentes do Ribeirão do Quilombo e pelas antigas estradas que ligavam as fazendas.

¹¹ Também denominada Fazenda São Francisco dos Pinheiros, adquirida em 1909 (TOLEDO, 1995).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 5. Fotografias do Núcleo Nova Odessa, com autoria de Guilherme Gaensly, para divulgação.



Fonte: Acervo do Centro de Memória – UNICAMP.

O último Relatório da Secretaria da Agricultura que traz dados completos sobre a situação do Núcleo Nova Odessa é o de 1918. Ao fim daquele ano todos os lotes rurais estavam ocupados, e 50 lotes urbanos estavam disponíveis, totalizando uma população de 1.311 pessoas, 46% composta por brasileiros (SÃO PAULO, 1919). A maior parte da produção era de arroz, milho e algodão, transportado com incentivo da Cia Paulista. Quase dois anos depois, em 23 de dezembro de 1920, o Núcleo Colonial foi emancipado.¹²

Em 1923, o Posto de Seleção de Nova Odessa passou a ser uma Fazenda Modelo, concentrando ali os postos zootécnicos do Estado de São Paulo, e consolidando o local como um polo do setor. Em 1962 foi construído ali o Centro de Nutrição Animal, atual Instituto de Zootecnia, que promove

¹² Decreto 3291 de 23 de dezembro de 1920.

PENSAR FORA DO EIXO

pesquisas sobre a produção animal em geral, como nutrição do gado e produtividade das pastagens (AGUIAR, 2022).

Em primeiro de janeiro de 1939, Nova Odessa foi elevada à categoria de distrito de paz do município de Americana e em 18 de fevereiro de 1959, pela lei estadual nº 5.285, é elevada a Município.

Nova Odessa não foi o único núcleo colonial oficial implantado na Região do Quilombo, durante a Primeira República. Em 1910, já durante a gestão de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, à aproximadamente 9 quilômetros da Estação Rebouças seguindo o curso do Ribeirão do Quilombo, foi criado o Núcleo Colonial Nova Veneza. Enquanto Nova Odessa refletia a origem dos imigrantes russos, Nova Veneza remetia à famosa cidade italiana, e foi um polo de concentração de imigrantes desta nacionalidade na região de Campinas.

As terras adquiridas pelo Governo para a instalação do núcleo gozavam de uma posição estratégica, a meio caminho entre a Estação Rebouças e a Estação José Paulino, da Cia. Carril Funilense, sendo cortadas pela Estrada Campinas-Limeira. Além disso, a área localizava-se entre as bacias do Ribeirão do Quilombo e do Rio Atibaia, sendo amplamente banhada por seus afluentes. As fazendas ali adquiridas pelo Governo foram, São Bento, Quilombo e Barreiro; a primeira possuía alguns cafezais, canaviais e benfeitorias, já as duas últimas não eram cultivadas, sendo constituídas por capoeiras, capoeiras, pastos e matos (TOLEDO, 1995). Cada uma das propriedades compôs uma seção do Núcleo Nova Veneza, criado pelo Decreto 1.933, de 14/09/1910, com área de 1.402 alqueires e 132 lotes rurais com cerca de 25 hectares cada.

O Núcleo se estendia do Rio Atibaia, onde confrontava com a Ferrovia Funilense, em terras da antiga Fazenda São Bento, até o sul da Estrada para Limeira, do outro lado do Ribeirão do Quilombo, onde encontrava-se a Seção Barreiro. Entre as duas glebas estava a Seção Quilombo, em posição central, ocupando o divisor de águas. Nesta parte foi reservado uma porção de terras para um Campo de Demonstrações, e para uma sede colonial, contíguos e lindeiros ao Ribeirão, como em Nova Odessa.

A divisão dos lotes rurais seguiu o padrão adotado pela Secretaria da Agricultura, sendo determinada pela topografia e posição dos córregos, resultando em formatos alongados e irregulares. Logo após a criação do núcleo, uma nova seção foi criada com a anexação de terras da Fazenda São Luiz, confrontante com São Bento, acrescentando 14 lotes ao conjunto (SÃO PAULO, 1912).

PENSAR FORA DO EIXO

A sede urbana do Núcleo foi genericamente determinada por 12 quadras retangulares de 120 x 120 metros, com um afastamento em relação ao leito do Ribeirão do Quilombo, possivelmente como uma solução para prevenir alagamentos. Os mapas encontrados não apresentam um detalhamento desta sede, que curiosamente estava distante de uma estação ferroviária, às quais era conectada por estradas. Talvez por essa razão a sede nunca tenha sido efetivamente traçada, como indicam os relatórios anuais da Secretaria da Agricultura de 1910 a 1920, que apontam uma ocupação urbana nula, ao trazer dados sobre o referido Núcleo.

Figura 6. Planta do Núcleo Colonial Nova Veneza.



Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Em 1911, 101 lotes rurais já estavam ocupados, em sua maioria por famílias italianas, que somavam 173 habitantes, também existiam 136 colonos russos, além de significativo número de austríacos, alemães e brasileiros, totalizando 464 habitantes (SÃO PAULO, 1912).

PENSAR FORA DO EIXO

Os imigrantes que compunham os dois núcleos coloniais do Quilombo dinamizaram a cultura e a produção da região, no entanto, mesmo após sua consolidação, o povoado de Rebouças continuou sendo seu principal centro urbano e comercial. Em 1909, foi elevado à condição de distrito de paz, conforme Lei 1.187, de 16 de dezembro de 1909, associado ao município de Campinas, de quem se emancipou em 1953, formando o município de Sumaré, que acabou absorvendo parte dos núcleos, como as seções Pinheiros e Paraizo, de Nova Odessa, e Barreiro e Quilombo, de Nova Veneza, emancipado em 1920, pelo Decreto 3.151, e distrito de Sumaré desde 1958.

A estrada para Limeira foi transformada na Rodovia Anhanguera no final da década de 1940. A localização intermediária de Nova Veneza; entre Rebouças (atual Sumaré), José Paulino (atual Paulínia), e Campinas; atraiu indústrias e uma nova onda de imigração na década de 1960, quando salta de 2.000 para 37.000 habitantes (TOLEDO, 1995), consolidando-se como um polo logístico e industrial da região metropolitana de Campinas.¹³

Concomitantemente à implantação do primeiro núcleo no Quilombo, Nova Odessa, o Estado de São Paulo trabalhava na implantação do segundo núcleo colonial criado sob a liderança de Carlos Botelho, o Núcleo Jorge Tibiriçá, implantado nas terras da antiga fazenda São José de Corumbatahy, cortada pelo Ramal Analândia da Cia Paulista, cerca de 90 quilômetros à frente da Estação Rebouças. Para além do pioneirismo, a iniciativa teve caráter experimental na medida em que envolveu um modelo de parceria com uma companhia privada, onde metade dos lotes foram comercializados pelo Estado e metade pela empresa.

O Ramal Analândia foi criado em 1884, pela Estrada de Ferro Rio Claro, como um desvio desta cidade à região do Cuscuzeiro, atual município de Analândia. Neste trecho, partindo de Rio Claro, foram inauguradas as estações Morro Grande, Ferraz, Corumbatahy, Annapolis e Oliveiras, retornando à linha tronco na estação de Itirapina. A estação Corumbataí ocupava uma posição estratégica como a terceira parada a partir de Rio Claro, situada no quilômetro 27 do ramal. Sua implantação ocorreu em terras próximas à casa-sede da Fazenda São José.

Em 1821, o então governador da Província de São Paulo, Carlos Augusto Oeybhausen, concedeu a Francisco da Costa Alves uma vasta extensão de terras conhecida como a Sesmaria do Rio Corumbataí, ou "Sesmaria dos Costas". A chegada da família Costa Alves em 1826 inaugurou a

¹³ A 3M se instalou em Nova Veneza, ainda em 1946, e foi seguida pela Tratores do Brasil, em 1953, Goodrich, em 1958, Eletrometal, em 1961, e outras empresas como Minasa, Sanbra e Johnson a partir de 1964. (TOLEDO, 1995)

PENSAR FORA DO EIXO

exploração produtiva da área, utilizando a mão de obra escravizada para abrir clareiras e estabelecer a cafeicultura inicial.

Com o passar das décadas, a sesmaria original sofreu sucessivas divisões hereditárias. Em 1844, Domingos José da Costa Alves estabeleceu a Fazenda São José no extremo norte da gleba original, que operou durante décadas como um centro produtor autônomo. No entanto, a decadência dos solos, a abolição da escravatura e a crise de superprodução do café levaram os herdeiros da família Costa Alves a considerar o fracionamento das terras como uma alternativa econômica viável. A chegada da estação Corumbatahy e Ferraz, em 1884, tornava-a um ativo imobiliário de grande interesse, e em 1903, 4.000 hectares de suas terras, incluindo as áreas ao redor das estações, foram vendidas à recém-criada, Companhia Pequena Propriedade, (PENTEADO, s.d.) empresa que tinha como objetivo adquirir fazendas adequadas à fundação de colônias para, em seguida, vendê-las subdivididas em lotes.¹⁴

Em 25 de março de 1905 foi assinado um contrato em que o Governo adquiria metade da propriedade da Fazenda São José por cem contos de réis, com a condição de que a área fosse loteada e administrada em conjunto com a Companhia Pequena Propriedade. O objetivo era a constituição do Núcleo Colonial Dr. Jorge Tibiriçá, nomeado em homenagem ao então presidente do Estado.¹⁵

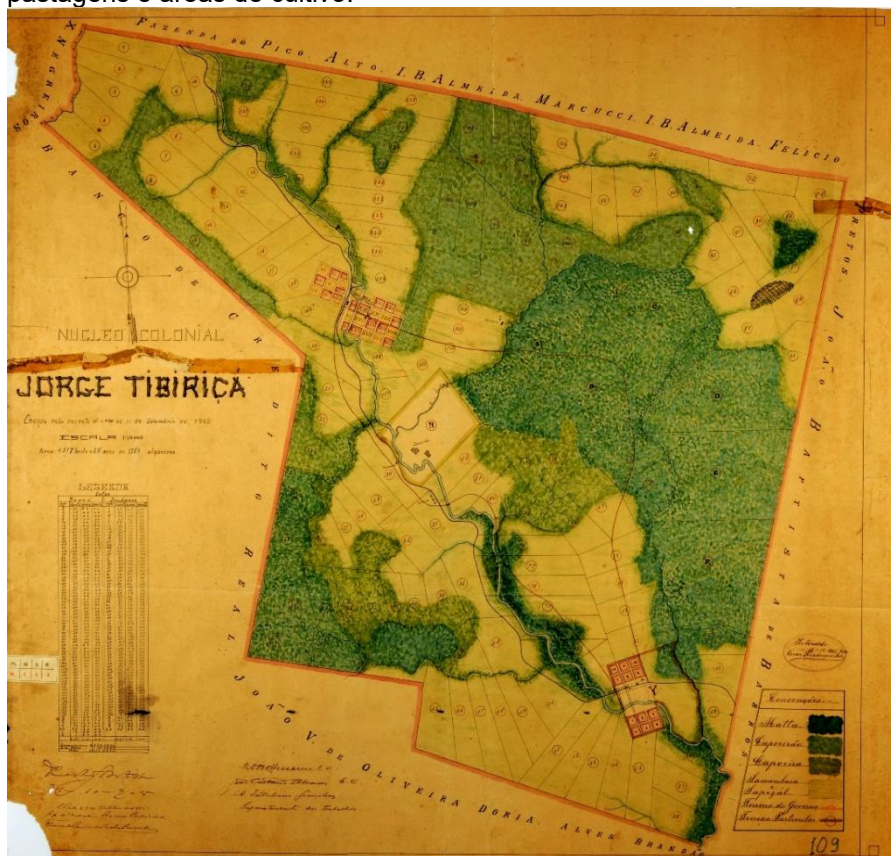
De acordo com o contrato, a área contava com algumas benfeitorias da antiga fazenda, localizadas próximas à estação Corumbatahy, como olaria, armazém, e serraria, estas permaneceram de domínio da Companhia, que além disso, forneceria materiais a baixo custo ao Estado, e ficaria encarregada da venda de metade dos lotes a serem delimitados de acordo com projeto desenvolvido pela Secretaria da Agricultura. O Estado assumiu todas as despesas com medições, planejamento e implantação do núcleo, no entanto, os lotes rurais e urbanos resultantes deveriam ser distribuídos alternadamente entre o Governo e a Companhia. Essa técnica visava assegurar que a valorização da terra, decorrente da infraestrutura pública a ser implantada, fosse compartilhada e que a Administração pudesse intervir diretamente no equilíbrio social do núcleo.

¹⁴ O Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 9 de janeiro de 1903, publicou os estatutos da Cia Pequena Propriedade.

¹⁵ O contrato foi publicado na íntegra no Relatório Anual da Secretaria da Agricultura, de 1905.

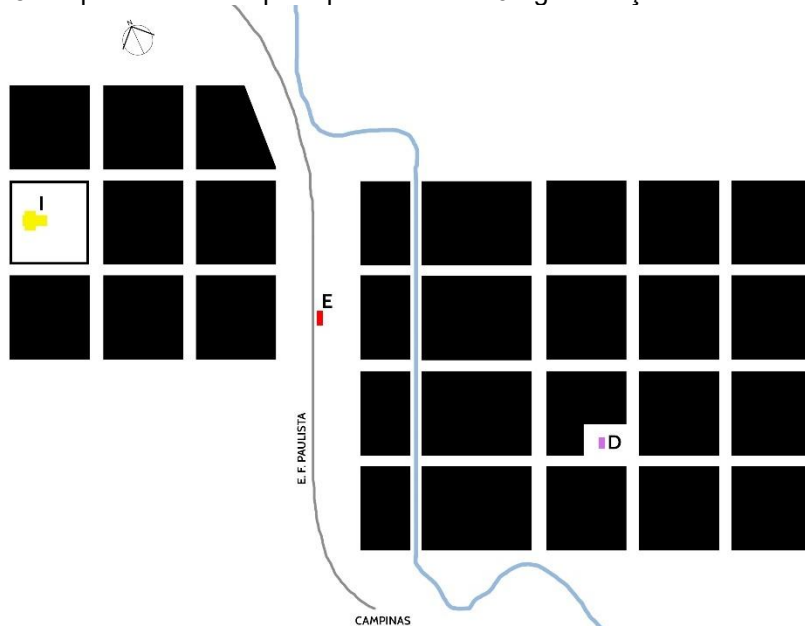
PENSAR FORA DO EIXO

Figura 7. Planta do Núcleo Colonial Jorge Tibiriça com indicação das matas, capoeiras, capoeirões, pastagens e áreas de cultivo.



Fonte: Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Figura 8. Esquema da sede principal do Núcleo Jorge Tibiriça.



Fonte: Acervo do Museu Paulista.

PENSAR FORA DO EIXO

Além das condicionantes legais, o contrato especificava diretrizes arquitetônicas e urbanísticas rigorosas de acordo com as legislações que estavam sendo implementadas durante a gestão de Botelho. O desenho das propriedades deveria respeitar a topografia acidentada da região, evitando o traçado de ruas ou lotes em áreas tecnicamente inviáveis ou propensas a riscos geológicos. Outro ponto característico era a descentralização do núcleo em duas sedes principais. A primeira sede - Seção Corumbataí - ficaria próxima à estação ferroviária de Corumbataí, enquanto a segunda sede - Seção Ferraz - seria implantada nas proximidades da estação Ferraz, garantindo que todo o núcleo tivesse acesso direto aos trilhos da Companhia Paulista.

Com a parceria formalizada, a Diretoria de Terras e Colonização foi encarregada de projetar a planta da futura povoação do Núcleo Colonial Dr. Jorge Tibiriçá. A gleba de 4.317 hectares e geometria irregular, era atravessada de norte a sul pela estrada de ferro que seguia, em paralelo, o curso do Rio Corumbatahy. Além deste, diversos córregos e ribeirões banhavam a propriedade, o que, se por um lado, facilitava o abastecimento dos pequenos lotes, torna-os susceptíveis a doenças características das áreas de várzeas e dificultava o cultivo de determinadas culturas. A maior parte da gleba era coberta por gramíneas, capoeiras e capoeirões.¹⁶

Ao todo, foram delimitados 136 lotes rurais de 20 a 25 hectares, além de 6 lotes rurais de 121 hectares, que ocupavam a grande área de “capoeirão”, no centro da gleba, e um lote de 72 hectares, em área de benfeitorias da antiga fazenda. Todos estes lotes foram divididos alternadamente entre o Governo e a Cia Pequena Propriedade, e pela maneira como foram organizados, todos eles possuíam acesso direto à água.

As duas sedes coloniais, somavam juntas 401 lotes, e foram previstas a aproximadamente 6 quilômetros uma da outra, conectadas pela estrada de ferro, duas estradas, e pelo curso do Rio. Mais ao sul, a sede ao redor da Estação Ferraz possui 12 quadras de lotes urbanos de total propriedade do Governo. Seis destas quadras estão ao norte da estação, seis ao sul, uma ponte atravessa o rio, e um espaço de cerca de 500 metros ao redor de seu curso foi deixado sem ocupação, como medida de proteção ao regime de enchentes sazonais.

¹⁶ Vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos, que cresce após a derrubada da vegetação original.

PENSAR FORA DO EIXO

Já a sede ao redor da Estação Corumbatahy, possui 29 quadras, divididas entre o Governo e a Companhia, e agrupa os principais edifícios institucionais e administrativos da colônia. O arranjo urbano foi dividido pela estrada de ferro e incorporou o rio, retificado através de um canal de 650 metros, no trecho correspondente à quatro quadras do lado leste da planta. Mesmo com a retificação, percebe-se que houve uma baixa ocupação dos lotes lindeiros ao canal, onde ocorreu a criação de um reservatório. As soluções encontradas para lidar com as várzeas demonstram uma compreensão técnica avançada.

No mesmo lado leste do aglomerado também está localizada a casa do diretor da colônia, ocupando cerca de dois lotes padrão. Já na parte oeste existe uma quadra inteira reservada para a igreja, em louvor a São José, cuja edificação iniciou-se em 1905 sob a supervisão do governo estadual e foi concluída em 1912, tornando-se o centro simbólico do núcleo (PENTEADO, s.d.).

O núcleo foi oficialmente inaugurado pelo Decreto 1.320 de 30 de setembro de 1905. Apesar do planejamento urbanístico cuidadoso, a vida cotidiana no Núcleo Jorge Tibiriçá enfrentou desafios sanitários em seus primeiros anos: O Relatório da Secretaria da Agricultura de 1906, revela um surto de febre tifoide, doença transmitida principalmente pela contaminação da água e por condições inadequadas de esgoto, que resultou em 14 óbitos no núcleo, dos quais 13 eram de crianças. Para "obviar o mal", a administração estadual propôs como intervenção técnica imediata, o abandono das fontes superficiais de água e a abertura de poços artesianos em todos os lotes, para garantir o abastecimento de água potável aos colonos (SÃO PAULO, 1907).

Em 1908, a Companhia Pequena Propriedade teve seus documentos arquivados e o Estado de São Paulo adquiriu formalmente todos os seus bens remanescentes, encerrando o experimento de parceria e assumindo a gestão integral do Núcleo Jorge Tibiriçá. A consolidação do Núcleo ao longo dos anos esteve intrinsecamente ligada à sua capacidade de processar e escoar a produção agrícola. O beneficiamento de culturas como algodão e arroz era efetuado em instalações mecânicas localizadas dentro da própria sede colonial. Esse arranjo criava um fluxo pendular entre os lotes rurais e o centro do distrito. O transporte dos produtos dos sítios para a vila era realizado por carros de boi e carroças, que ditavam o ritmo da vida local. Na sede o material bruto era transformado antes de seguir para os centros de consumo através dos vagões da Companhia Paulista (PETRONE, 1952).

Ao fim de 1918, Jorge Tibiriçá possuía 36 lotes rurais e 179 lotes urbanos vagos, com 2.847 habitantes, em sua maioria brasileiros – 1.956 – fato que o diferenciava dos núcleos do Quilombo

PENSAR FORA DO EIXO

(SÃO PAULO, 1919). Sob controle estatal total, houve a anexação de uma nova seção ao núcleo através da compra de terras das fazendas Boa Vista, Monte Alegre e Sant'Anna, oficializado pelo Decreto nº 3.231 de 1920. A ampliação contemplava 76 lotes rurais novos à oeste da gleba original. Neste momento já havia uma pressão por autonomia administrativa. Em 27 de novembro de 1919, a Lei nº 1.669 criou oficialmente o Distrito de Corumbataí, vinculado ao município de Rio Claro. Somente em 24 de dezembro de 1948, através da Lei nº 233, o município de Corumbataí foi formalmente criado.

4 DAS FAZENDAS ÀS CIDADES

Em seu cerne, o projeto de colonização oficial do Estado de São Paulo, consolidado durante a Primeira República, teve como meta central a fixação do imigrante como resposta à demanda por mão de obra da lavoura. Sob a gestão de Carlos Botelho, essa iniciativa integrou o tema ao projeto de modernização do campo, subordinando-o aos interesses do complexo cafeeiro ao transformar terras subaproveitadas e desgastadas em áreas produtivas, pautadas pelo retalhamento de grandes propriedades e pela difusão de técnicas racionais.

Neste panorama, a ocupação do Velho Oeste Paulista surge como um desdobramento espacial concreto dessa política. A integração entre a malha da Companhia Paulista e os núcleos de Nova Odessa, Nova Veneza e Corumbataí permitiu que a infraestrutura de transporte e o retalhamento do solo operassem, em conjunto, a transição das fazendas às cidades. A análise deste processo lança luz sobre uma história do planejamento territorial que permanece, em larga medida, à sombra da historiografia tradicional. Em suma, a permanência destes núcleos, atuais cidades no interior, reafirma o papel do projeto de colonização agrícola desenvolvido pela elite cafeicultora, associado ao Estado, como instrumento de organização do território que condicionaria a conformação urbana destas regiões.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 9. Mapa da Região do Quilombo com destaque para Nova Odesa, Nova Veneza e Sumaré, antigo povoado de Rebouças.



Fonte: Toledo, 1995.

Figura 10. Imagem de satélite da atual cidade de Corumbataí, onde é possível identificar o traçado original da antiga sede do Núcleo Colonial Jorge Tibiriça.



Fonte: Google Earth, 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gabriel Deller de. A produção da Secretaria da Agricultura durante o Plano de Ação do Estado de São Paulo (1959-1963). Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

ARANHA, Antônio Carlos Botelho Souza. **Carlos Botelho**: Nasceu no século XIX, viveu no XX e vislumbrou São Paulo do século XXI. São Carlos: A.C.B. Souza Aranha, 2011.

BOTELHO, Carlos. “A colossal riqueza agrícola dos Estados Unidos da América do Norte”. **Revista Agrícola**. São Paulo, ano VII, 72, pp. 264-267, 1901.

CAMARGO, Monica Junqueira de; AGUIAR, Gabriel Deller de. “Região Funilense e o desenvolvimento do projeto paulista de colonização durante a Primeira República (1889-1930)”. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, Brasil, v. 23, n. 1, p. e-237972, 2025.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1977.

BERNARDINI, Sidney Piochi. **Construindo Infra-estruturas, Planejando Territórios**: a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926). Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8.ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 2000.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2005.

FERRARO, Mário Roberto; FIGUEROA, Silvia. “A implantação da agricultura científica brasileira e a presença do modelo estadunidense (1876–1908)”. **Revista Diálogos**. Maringá, v.25, n.1, p.122-143, 2021.

GADELHA, Regina Maria D’Aquino Fonseca. **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920)**: contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. **Agriculturar a agricultura**: a modernização da agricultura no governo estadual paulista – 1892-1926. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 2015.

LEFEVRE, Eugenio. **A administração do Estado de São Paulo na República Velha**. São Paulo: [s. n.], 1937.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec Polis, 1984.

PENSAR FORA DO EIXO

PENTEADO, Oscar de Arruda. **Corumbataí**: subsídio para sua história. Corumbataí: Prefeitura Municipal, [s.d.]. Disponível em: <http://www.corumbatai.sp.gov.br/index.php/historia>. Acesso em: 22 mai. 2026.

PETRONE, Pasquale. “Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí”. **Boletim Paulista de Geografia**. [S. l.], n. 11, p. 3–32, 1952.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório da Agricultura de 1905**. São Paulo, 1906.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório da Agricultura de 1906**. São Paulo, 1907.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **O Imigrante**. São Paulo, n. 1, jan. 1908.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório da Agricultura de 1910-1911**. São Paulo, 1912.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório da Agricultura de 1915**. São Paulo, 1916.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório da Agricultura de 1918**. São Paulo, 1919.

TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. “Núcleos coloniais estatais em São Paulo: instrumentos de apoio à acumulação nas atividades econômicas dominantes no pré e no pós 1930”. **História e Economia Revista Interdisciplinar**. São Paulo, v. 15. n. 2, p. 103–124, 2015.

TOLEDO, Francisco Antonio de. **Uma história de Sumaré**: da sesmaria à indústria. São Paulo: Imprensa Oficial, 1995.